

A REALIZAÇÃO PLÁSTICA DA HERÁLDICA DO EXÉRCITO PORTUGUÊS

Paulo Morais-Alexandre*

Introdução

O Gabinete de Heráldica do Exército foi criado em 1966, tendo sido o seu primeiro director o, à altura, major José de Campos e Sousa. A iniciativa de criar esta estrutura foi do general Câmara Pina que chamou para coordenar a redacção do regulamento que viria a regular toda a área um dos mais influentes heraldistas do século XX, Franz-Paul de Almeida Langhans, que havia sido responsável pelo Gabinete de Heráldica Corporativa da FNAT. Este recorreu a um seu colaborador de longa data para realizar as ilustrações do normativo, João Paulo de Abreu e Lima. Os sucessores de Campos e Sousa na direcção da estrutura heráldica do Exército seriam alguns dos mais reputados heraldistas portugueses como capitão Miguel de Paiva Couceiro, o coronel Jorge Guerreiro Vicente e o tenente-coronel José Manuel Pedroso da Silva que desde 1993 preside a este organismo.

Ao nível da realização plástica há a registar além dos já referidos Abreu e Lima e Paiva Couceiro, que cumulativamente ordenava armas e era também dotado de grande capacidade plástica e que iluminava os brasões que produzia, António Galvão e José Estevéns Colaço.

Até à criação do Gabinete de Heráldica do Exército foram raros os trabalhos de realização plástica de heráldica ou demais simbologia feitos por especialistas na matéria ou de qualidade relevante. Eram, no geral, trabalhos feitos por militares que se destacavam no domínio da linguagem do desenho, o que levava a que lhes fosse dada a incumbência de desenharem determinado distintivo, geralmente o da sua unidade. Uma das excepções foi a encomenda a José Ricardo Silva de alguns projectos destinados ao Batalhão de Telegrafistas da Arma de Engenharia, trabalho que não viria a ter quaisquer Consequências.

* Professor da Escola Superior de Teatro e Cinema. Mestre em História da Arte com uma dissertação subordinada ao tema *O Vestuário e a Heráldica*. Doutor em Letras pela Universidade de Coimbra com uma tese subordinada ao tema *A Heráldica do Exército na República Portuguesa no século XX*. Da Academia Internacional de Heráldica, da Academia Lusitana de Heráldica, do Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos e da Secção de Genealogia e Heráldica da Sociedade de Geografia de Lisboa.



1 – Armas do Batalhão de Telegrafistas

1. João Paulo de Abreu e Lima

João Paulo de Abreu e Lima nunca esteve colocado no Gabinete de Heráldica do Exército mas esteve na sua génese e são da sua autoria todos os desenhos do regulamento e normas de heráldica do Exército que a título experimental vigoraram desde a fundação daquela estrutura e que seriam publicados na portaria n.º 24107 de 1969¹.

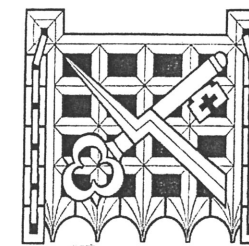
A ligação de Abreu e Lima à heráldica do Exército começou em data anterior à ideia de se pensar regulamentar esta área. Foram encontrados projectos seus relativos à criação de um emblema para o Corpo do Estado Maior desde 1960 e foi seu o modelo aprovado (fig. 2). Realizou também o modelo emblema para as golas e barretes dos uniformes do Pessoal do Serviço de Reconhecimento das Transmissões² (fig. 3).



2 – Emblema para o Corpo do Estado-Maior

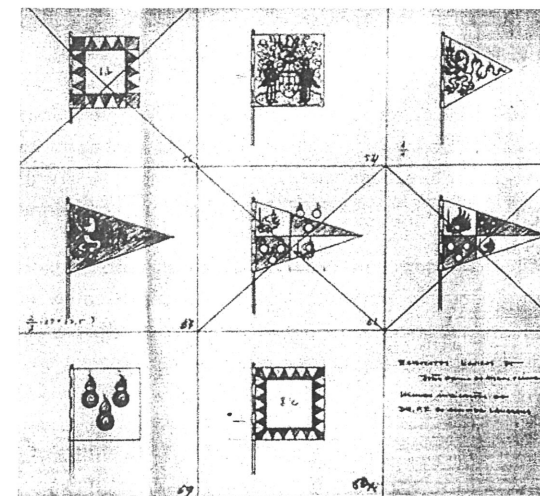
¹ “Portaria n.º 24107 de 1969, Junho, 3 – Normas de Heráldica do Exército e Regulamento de Simbologia do Exército” in *Diário do Governo*. Lisboa : Imprensa Nacional de Lisboa, 1969, Junho, 3, 1.ª série, n.º 131.

² “Portaria”. 1965, Maio, 31 in *Ordem do Exército*. Lisboa : Estado-Maior do Exército, 1965, 1.ª série, n.º 6, pp. 203-204.



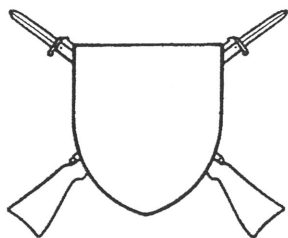
3 – Emblema para golas e barretes dos uniformes do pessoal do Serviço de Reconhecimento e Transmissões

Quando Almeida Langhans foi incumbido da tarefa de redigir o *Código de Heráldica Militar*, João Paulo de Abreu e Lima, que com aquele heraldista colaborava assiduamente, recebeu a tarefa de elaborar as ilustrações destinados a integrar este diploma, tendo começado por realizar um número muito significativo de esboços, sob a supervisão daquele heraldista (fig. 4).



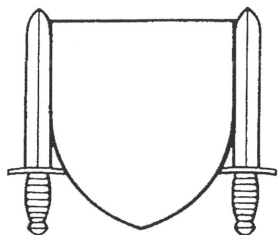
4 – Esboços de João Paulo de Abreu e Lima

Para a fixação da emblemática baseou-se no que anteriormente já havia sido publicado, nomeadamente nos planos de uniformes. Fixou os emblemas sobretudo ao nível dos Serviços. Quanto aos emblemas das Armas, no caso da Infantaria não houve, numa primeira fase, a preocupação de fugir, às espingardas (fig. 5).



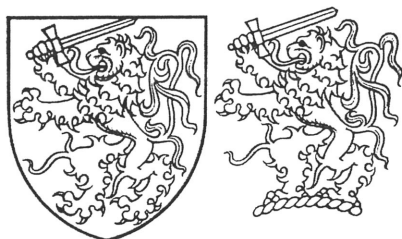
5 – Escudo sobreposto às insígnias da Arma da Infantaria

Na Cavalaria o escudo era ladeado por duas espadas que não eram nem as espadas antigas, nem as que eram habitualmente consideradas as das insígnias daquela Arma, ou seja as espadas modernas que aliás eram habitualmente passadas em aspa (fig. 6).



6 – Escudo ladeado pelas insígnias da Arma da Cavalaria

Estas espadas eram representadas com uma proporção pouco habitual entre o punho e a lâmina, o que as tornava curtas. Trata-se de um dos poucos desenhos onde Abreu e Lima falhou claramente, nesta que era uma das suas principais preocupações, a proporção. Definiu ainda as armas do Exército (fig. 7), os modelos vexilológicos das flâmulas, guiões



7 – Escudo e Timbre do Exército

e estandartes e foi o responsável pela polémica ilustração da bandeira nacional sob a forma de estandarte que tanta celeuma levantou. (fig. 8).



8 – Bandeira nacional com a forma de estandarte

De todos os desenhos que realizou, talvez o mais insólito tenha sido representação, como tenentes, de dois soldados de camuflado que, salvo aparecerem neste documento e terem sido publicados na portaria n.º 24107³, jamais viriam a ser utilizados (fig. 9). No exemplar existente no Gabinete de Heráldica do Exército da publicação *Normas de Heráldica do Exército / Regulamento da Simbologia do Exército*⁴ que serviu de base de trabalho a Guerreiro Vicente para a reforma da portaria n.º 24107, este anotou sobre a gravura que apresentava estes suportes o seguinte juízo: «Mamarrachos horríveis».



9 – Tenentes do escudo, com terrado

³ Port. cit., p. 50.

⁴ *Normas de Heráldica do Exército: Regulamento da Simbologia do Exército*. Lisboa : Estado Maior do Exército / Gabinete de Heráldica, 1972. Arquivo do Gabinete de Heráldica do Exército.

Não há muita documentação que espelhe o trabalho que Abreu e Lima executou para o Gabinete de Heráldica do Exército. Sabe-se apenas que terá realizado plasticamente a tinta-da-china algumas armas nos primeiros tempos desta estrutura, nomeadamente as da 2.ª Região Militar, um dos poucos processos em que foi encontrada correspondência que permite avançar com uma autoria (fig. 10). Admite-se que Abreu e Lima tenha feito outros desenhos e eventualmente iluminuras, mas não foi possível encontrar qualquer documentação que o permita afiançar. No entanto, é muito significativo que Campos e Sousa numa nota, onde dava conta dos honorários cobrados por Abreu e Lima, se referisse a este como «[...] o artista que trabalha para este gabinete [...]»⁵.



10 – Armas da Região Militar de Tomar

⁵ Quanto aos honorários cobrados, era solicitada «[...] a importância de 750\$00 (setecentos e cinquenta escudos) pela execução dos esboços que forem necessários e de dois desenhos definitivos, a tinta da China, com o brasão de armas dessa Região.» Cit. SOUSA, José de Campos e – “Nota n.º 10 – Desenho do Brasão de Armas da 2.ª R.M.. S.l. : 1965, Abril, 5, in *Processo n.º 26.20.04*. Fundo “Coronel Guerreiro Vicente” in Arquivo Histórico-Militar. Pode também colocar-se a hipótese de alguns dos trabalhos de Abreu e Lima se terem perdido ou terem sido inadvertidamente destruídos. Efectivamente em 1971 houve várias inundações no edifício do Estado-Maior do Exército onde o gabinete estava sediado que tiveram efeitos devastadores no arquivo, destruindo várias obras. Campos e Sousa viu-se obrigado a mandar refazer vários desenhos e iluminuras: «As quatro inundações calamitosas de água das chuvas verificadas durante a construção da placa de cimento armado imediatamente sobreposta à Direcção do Serviço Histórico-Militar, no decurso das actuais obras de ampliação do edifício do Estado-Maior do Exército. Essas inundações, pela sua magnitude, deterioraram uma parte considerável do arquivo, dos esboços, dos desenhos a negro e das iluminuras deste Gabinete. Tornou-se indispensável secar e restaurar esse material e executar de novo grande número de peças que haviam ficado completamente inutilizadas. O trabalho de recuperação, dada a impossibilidade de ser efectuado neste Gabinete (cujas dependências, secretárias, estiradores, cadeiras e bancos se encontravam encharcados), teve de ser realizado no Arquivo Histórico-Militar, cujo Director amavelmente e com espírito da melhor camaradagem, concedeu ao signatário, durante muitos e muitos dias, todas as facilidades para o efeito.» Cit. SOUSA, José de Campos e – “Exposição”. S.l. : 1972, Fevereiro, 7, p. 2 in *Repositório Geral de Correspondência*. Arquivo do Gabinete de Heráldica do Exército.

João Paulo de Abreu e Lima foi o ilustrador que lançou as bases da presente heráldica do Exército, começou a fazer este trabalho muito antes de existir um organismo regulador da armaria no Exército e foi o seu primeiro colaborador ao nível plástico.

Se a linguagem plástica de Abreu e Lima não é instauradora em absoluto, o seu trabalho foi particularmente sólido e sobretudo apropriado ao fim em vista, adequando-se perfeitamente ao que deve ser uma heráldica institucional, de tal forma que grande parte do que realizou permanece em vigor.

2. António Moita Galvão

Dos furréis milicianos que prestaram serviço no gabinete, o único que se destacou pela produção significativa e identificável foi António Moita Galvão a quem se pode atribuir a autoria de trinta iluminuras para o Exército⁶ (figs. 11-12).



11 – Armas do Regimento de Cavalaria n.º 3 (Estremoz)

⁶ Das iluminuras que realizou para organismos do Exército foi possível identificar as seguintes: Exército; Regiões Militares: Porto, Sul, Angola e Centro; Comandos Territoriais Independentes: Madeira, Timor e São Tomé; Armas: Engenharia: Engenharia, Batalhão de Engenharia n.º 447 (Guiné), Escola Prática de Engenharia e Regimento de Engenharia de Espinho; Artilharia: Regimento de Artilharia de Lisboa, Regimento de Artilharia de Costa e Regimento de Artilharia Pesada n.º 3; Cavalaria: Escola Prática de Cavalaria, Regimento de Cavalaria n.º 6 (Braga), Regimento de Cavalaria n.º 3 (Estremoz), Regimento de Cavalaria n.º 4 (Santa Margarida); Infantaria: Regimento de Infantaria n.º 4 (Faro), Regimento de Infantaria n.º 6 (Porto), Regimento de Infantaria n.º 13 (Vila Real), Regimento de Infantaria n.º 14 Viseu, Centro de Instrução de Infantaria de Nampula; outras: Direcção do Serviço Histórico-Militar, Centro de Instrução de Condução Auto n.º 4, Centro de Estudos Psicotécnicos do Exército, Instituto Superior Militar, Centro Militar de Educação Física Equitação e Desportos, Centro de Selecção de Coimbra e Casa de Reclusão do Centro.



12 – Armas do Regimento de Cavalaria n.º 6 (Braga)

Chamado a cumprir o serviço militar obrigatório, o seu nome foi indicado ao general Câmara Pina e a Campos e Sousa no sentido de integrar o recém-criado Gabinete de Heráldica do Exército e aí permaneceu até à passagem à disponibilidade. Registe-se que à data da sua integração na estrutura de heráldica do Exército jamais António Moita Galvão havia efectuado qualquer trabalho na esfera da Armaria, no entanto, o seu domínio da linguagem do desenho e as indicações de Campos e Sousa colmataram facilmente essa lacuna, tendo-se adaptado rapidamente à especificidade do desenho e iluminura heráldicos, o que levou a que não tivesse quaisquer dificuldades em executar a contento da direcção do Gabinete e dos organismos a armigerar os trabalhos que lhe foram cometidos.

As ilustrações de Moita Galvão seguem uma via bastante classicizante, nomeadamente na forma como os móveis são representados e iluminados. Foram usados modelos convencionados quando existiam, numa linha que seguia de perto as propostas que João Carlos e João Ricardo Silva haviam feito, ao nível do desenho, no *Armorial Lusitano*⁷. Trata-se, no fundo, da mesma linha que Abreu e Lima tinha iniciado para a heráldica do Exército e que continuava a marcar a estética do Gabinete. Compare-se a forma como Moita Galvão representou o cavalo do timbre da Escola Prática de Cavalaria, na iluminura que realizou destas armas (fig. 13) e a forma como este animal foi desenhado para o timbre da família Franco no referido *Armorial Lusitano*⁸ (fig. 14), sendo as afinidades bem marcadas.

⁷ ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins (coord.) – *Armorial Lusitano*. Lisboa : Representações Zairol, 1987, 3.ª ed..

⁸ *Ibidem*, p. 225.



13 – Pormenor da iluminura do timbre da Escola Prática de Cavalaria



14 – Pormenor do desenho do timbre da família Franco, cf. *Armorial Lusitano*

Há, no entanto, algo de peculiar na forma de pintar deste iluminador que caracteriza as suas obras e pode ser visto no modo como dá o volume e a relação com a luz dos elmos (fig. 15). Tal é feito geralmente através de pinceladas largas de cor branca onde a marca do pincel é claramente perceptível. Não implica, no entanto, que esta pincelada remeta as iluminuras que realizou para uma estética de características expressionistas, como viria a suceder com Paiva Couceiro, o que não é o caso. Efectivamente, jamais deixou de haver o desejo de uma transcrição acurada.



15 – Elmo na iluminura das armas da Escola Prática de Cavalaria

Em termos estilísticos, nas ilustrações de Moita Galvão houve sempre uma grande preocupação em respeitar a lei do enquadramento, ocupando o móvel todo o campo do escudo. Este prurido é também claramente visível na forma como Moita Galvão iluminou o leão do Exército nas armas deste ramo das Forças Armadas Portuguesas (fig. 16) que veio substituir o modelo de brasão de armas publicado em 1970, de péssima qualidade e onde este pressuposto não era seguido, não ocupando o leão toda a largura do escudo⁹ (fig. 17).



16 – Iluminura do escudo do Exército Português



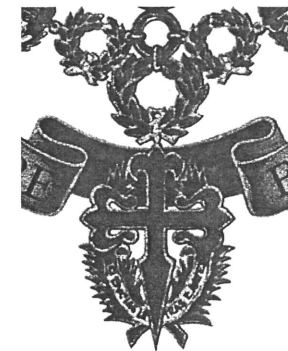
17 – Modelo das armas do Exército Português

⁹ Não se entende como é que foi possível que José de Campos e Sousa tenha enviado este desenho para publicação, uma vez que os padrões publicados na “Portaria n.º 24107” não foram respeitados. Port. cit., figs. 15 e 16, p. 621. De forma inexplicável, introduzia-se um modelo plástico de qualidade muito inferior, efectivamente o leão que João Paulo de Abreu e Lima havia criado era plasticamente bem conseguido em termos gráficos, já o outro só poderia ser descrito como um desenho infeliz e mal dimensionado.

O cuidado posto por Moita Galvão nos seus trabalhos propalava-se a todo o brasão de armas, nomeadamente aos ornatos exteriores do escudo, aos quais a portaria n.º 24107 que regulava a heráldica do Exército conferia mais liberdade¹⁰. Como exemplo seja citada a iluminura das armas do Regimento de Artilharia de Lisboa pela forma meticulosa como foi representada a insígnia da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito (fig. 18). Outro bom exemplo é o cuidado excepcional colocado na execução da representação do colar da Ordem Militar de Sant’Iago da Espada nas armas da Escola Prática de Engenharia (fig. 19) onde, na medalha da insígnia, não foi sequer descurada a inscrição no listel, de ínfimas dimensões, da legenda constante do mesmo “Sciencias, Letras e Artes”.



18 – Insígnia da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito na iluminura das armas do Regimento de Artilharia de Lisboa



19 – Insígnia da Ordem Militar de Sant’Iago da Espada na iluminura das armas da Escola Prática de Engenharia

¹⁰ «Os elementos externos e os acessórios dos escudos permitem maior fantasia artística [...]» Cit. port. cit., p. 617.

3. Miguel de Paiva Couceiro

Miguel de Paiva Couceiro, embora miliciano, seguia a carreira das armas que o alcandorou ao cargo de governador de Diu. O trabalho na esfera das artes plásticas foi uma actividade que desenvolveu em paralelo, cedo manifestando capacidades no campo do desenho e da ilustração. A sua produção artística começou como iluminador heráldico, nomeadamente na ex-libristica. Há, no entanto, que afirmar que a pintura foi sempre encarada como um “hobby” e que estes trabalhos eram feitos, primeiro para si próprio, mas também para os seus familiares e ainda para os seus amigos e conhecidos, jamais tendo saído deste estreito círculo ou sido encarada de forma profissional¹¹.

Instituiu uma linguagem muito própria e reconhecível e, sobre a forma como desenhava e as liberdades expressivas que conferia aos seus desenhos, cite-se a propósito uma frase do próprio: «Não é desenho de máquinas»¹².

A respeito do ex-líbris que usava caracterizou o trabalho que realizara como: «[...] sendo iluminado] ao modo dos heraldistas de Quinhentos. Com as minhas limitações de artista – é claro – que não permitem atingir a craveira de Jean du Cros e seus parceiros!»¹³

Ao todo executou dez iluminuras para o idêntico número de organismos do Exército Português¹⁴. O desenho de Paiva Couceiro é facilmente identificável, assim como a sua paleta cromática. Em termos de representação é muito mais expressionista e até menos naturalista do que o de outros heraldistas. Não há uma preocupação com a uniformidade da pincelada, ficando o campo por vezes propositadamente manchado, como sucedeu no caso das armas do Regimento de Infantaria de Angra do Heroísmo (fig. 20), entre outros.

¹¹ Cf. VEIGA, Pedro – “O 5.º Conde de Paraty: D. Miguel António do Carmo de Noronha de Paiva Couceiro” in *A Arte do Ex-Líbris: Boletim da Associação Portuguesa de Ex-Líbris*. Braga : Associação Portuguesa de Ex-Líbris, 1971, ano 16, vol. 7, n.º 53.

¹² AZEVEDO, Francisco de Simas Alves de – “Os Ex-Líbris do 3.º Marquês de São Payo” in *Boletim da Academia Portuguesa de Ex-Líbris*. Lisboa : Academia Portuguesa de Ex-Líbris, 1992, Janeiro a Dezembro, ano 37, n.º 92, p. 29.

¹³ Cit. CONDE E PARATY – “Um novo ex-líbris” in *Boletim da Academia Portuguesa de Ex-Líbris*, ob. cit., 1972, Janeiro-Junho, ano 17, n.ºs 1, 2 e 3, pp. 59-60., p. 45.

¹⁴ Ilustrou armas para os seguintes organismos: 1.ª Brigada Mista Independente, Distrito de Recrutamento e Mobilização do Funchal, Escola Prática de Administração Militar, Regimento de Artilharia de Leiria, Regimento de Infantaria das Caldas da Rainha, Regimento de Infantaria de Angra do Heroísmo, Regimento de Infantaria de Ponta Delgada, Regimento de Infantaria n.º 10, Regimento de Infantaria n.º 16, Serviço Cartográfico do Exército. Há ainda a registar dois casos em que é possível identificar o desenho de Paiva Couceiro, mas as iluminuras não lhe podem ser associadas, trata-se das armas do Regimento de Infantaria de Castelo Branco e do Batalhão do Serviço de Material.



20 – Armas do Regimento de Infantaria de Angra do Heroísmo

O desenho de Paiva Couceiro é particularmente inovador, nomeadamente nas cabeças de águia, ou nos leões que representou e analisem-se os notáveis cavalos escolhidos para suporte das armas da 1.ª Brigada Mista Independente muito expressionistas (fig. 21). Os móveis são simplificados ao extremo, reproduzindo-se dos animais, ou objectos representados, apenas o essencial que os permita identificar, rejeitando o pintor quaisquer elementos supérfluos. Veja-se a expressividade da representação do lobo que timbra as armas do Distrito de Recrutamento e Mobilização do Funchal (fig. 22), onde há um traço forte que dá as linhas principais do mesmo. Tal não impede que o pintor deixe de transmitir às armas um cariz decorativo, visível na cauda do referido lobo com um tratamento que remete para a representação dos animais nos trabalhos de metal dos povos nómadas das estepes, como os Citas.



21 – Armas da 1.ª Brigada Mista Independente



22 – Armas do Distrito de Recrutamento e Mobilização do Funchal

Relativamente à utilização da cor por Paiva Couceiro, há a referir que este tem uma paleta muito própria, fugindo muitas vezes aos tons heráldicos. As cores são muito mais difusas e estão próximo dos tons pastéis. Veja-se, por exemplo, a forma como transcreve a púrpura nas armas do já referido Distrito de Recrutamento e Mobilização do Funchal ou o azul das armas da Escola Prática de Administração Militar (fig. 23).



23 – Armas da Escola Prática de Administração Militar

Por vezes chegou mesmo a haver algumas contradições no uso da cor, como sucedeu no brasão de armas do Regimento de Artilharia de Leiria (fig. 24). Nestas o campo de vermelho tem a mancha desta cor uniforme, mas o paquife não foi, no entanto, totalmente preenchido com aquela cor e o jogo com pinceladas de cor branca deu-lhe uma tonalidade rosa, o que afastou visualmente a representação do brasonamento.



24 – Armas do Regimento de Infantaria de Leiria

Das iluminuras das armas que fez aprovar nem uma permaneceu em vigor. Por vários motivos, nos mandatos seguintes ao seu, todas as armas que ordenou, cujos organismos continuaram a existir, foram alvo da publicação de novas iluminuras. Tal deveu-se sobretudo ao facto de as iluminuras que realizou colidirem com o regulamento em vigor, quer o de 1969, quer o de 1987, já que em qualquer destes se fixava o modelo de elmo e paquife de uso obrigatório, a saber, o que havia sido desenhado por João Paulo de Abreu e Lima¹⁵. Em termos de conjunto não há dúvidas em afirmar que o trabalho de iluminura de Paiva

¹⁵ No caso da heráldica militar, descrição, desenho e iluminura complementam-se e são de cumprimento estrito e obrigatório. Assim, o elmo ou o paquife é o que se encontra regulamentado, com o desenho publicado e não qualquer outro elmo de guerra ou qualquer outro paquife, da mesma forma que o próprio leão do Exército é o que consta do Regulamento e tal aplica-se a todos os regulamentos, quer o provisório de 1965, quer aos de 1969, quer ainda o de 1977, não pode sequer ser iluminado de outra forma. Perante tal disposição legal não se pode entender a opção de Paiva Couceiro por outro modelo. Efectivamente, perante o trabalho realizado por este oficial e atendendo a que o regulamento não era da sua lavra, entende-se que Paiva Couceiro, embora respeitando o Regulamento, tinha dele uma leitura mais abrangente, considerando que o desenho era mera consequência da descrição e que tanto podia ser utilizado o que era preconizado no Regulamento, como outro qualquer. Na heráldica municipal portuguesa tal obrigatoriedade não existe e o desenho é considerado irrelevante. Veja-se o ofício enviado pela Associação dos Arqueólogos Portugueses à Junta de Freguesia da Verderena onde foi claramente assumida a primazia do brasonamento, tendo o desenhador, ou iluminador, toda a liberdade de a interpretar a ser bel-prazer, adequando o desenho ao suporte: «[...] a Comissão de Heráldica não emite parecer sobre desenho ou desenhos, mas sim um Parecer em linguagem técnica, de cumprimento obrigatório, contendo a descrição (leitura heráldica) dos símbolos heráldicos para a autarquia». Cit. GUEDES, José Bénard – “Ofício n.º 290/CH da Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses”. Lisboa : 2000, Julho, 19, p. 1 in *Processo n.º 271.01*. Fundo “Coronel Guerreiro Vicente” in Arquivo Histórico-Militar. Registe-se que nem todas as substituições se ficaram a dever apenas à necessidade de seguir os padrões regulamentados. A 1.ª Brigada Mista Independente, por exemplo, solicitou uma versão mais depurada das armas, sem suportes nem terrado, à semelhança dos que acontecia com as outras unidades. Quanto às armas do Regimento de Artilharia de Leiria a modificação foi determinada por se ter verificado que este organismo não era a herdeiro das tradições da força que combatiera em Ponte de Amarante, pelo que o campo do escudo necessitava de ser reordenado.

Couceiro introduziu uma forma de representação plástica profundamente instauradora em termos de heráldica, mas que esta não serviu de forma alguma para os fins a que se destinava, pelo que foi necessariamente abandonada.

4. José Estevéns Colaço

José Estevéns Colaço foi o iluminador que mais tempo esteve colocado no Gabinete de Heráldica do Exército e de todos o mais prolífico. Retomou a linha estabelecida por João Paulo de Abreu e Lima e produziu desenhos e iluminuras de cariz marcadamente clássico, caracterizados por um enorme perfeccionismo e por um bom sentido de composição, ao qual não foi alheia a sua formação vocacionada para o desenho arquitectónico.

As capacidades plásticas que José Colaço evidenciava levaram a que o seu nome fosse indicado pelo arquitecto Brito e Cunha, em cujo ateliê trabalhava, para refazer a emblemática do Turf Club de que este era membro, o que lhe valeria outras encomendas, nomeadamente para trabalhar plasticamente as armas da Equipagem de Santo Huberto e do Clube D. Carlos em Cascais. Através destes trabalhos Campos e Sousa terá tido conhecimento das realizações de José Colaço e sabendo-o a prestar o serviço militar obrigatório deu a indicação para que fosse contactado, sendo-lhe cometida uma tarefa muito específica, a de produzir os desenhos dos galhardetes dos oficiais generais. Não seria nem Campos e Sousa, nem Paiva Couceiro que concluiria este processo, transitando o mesmo para as mãos de Jorge Guerreiro Vicente, entretanto nomeado director do Gabinete de Heráldica do Exército, que apreciou particularmente o trabalho que José Colaço havia executado¹⁶. Com a passagem à disponibilidade não se concluiu, no entanto, a sua colaboração com o Gabinete, já que continuou a ser indicado pela direcção do mesmo para iluminar as armas que eram aprovadas, tendo posteriormente ganho o concurso para desenhador do Quadro do Pessoal Civil do Exército, onde ficou em primeiro lugar, passando a integrar a Direcção do Serviço Histórico-Militar¹⁷. A partir desta data foi o responsável por toda a área plástica daquela estrutura, o que incluía, além do desenho e da iluminura de armas para o Exército, muitos outros trabalhos, sendo de referir várias obras

¹⁶ BRAGA, Jorge Salazar – “Despacho”. 1985, Outubro, 4 in VICENTE, Jorge Guerreiro – “Informação n.º 490”. Fundo “Coronel Guerreiro Vicente” in Arquivo Histórico-Militar.

¹⁷ Cumpria-se finalmente e muitos anos passados o desiderato que José de Campos e Sousa havia feito inscrever no prefácio do projecto de decreto-lei que instituía um Gabinete de Heráldica do Exército, quando considerava que «[...] só o recurso a pessoal civil poderá assegurar a indispensável qualificação técnica e a permanência do pessoal desse organismo.» Cit. “Prefácio” a “Código de Heráldica Militar” in Pasta “Gabinete de Heráldica Militar”, p. 1. Fundo “Coronel Guerreiro Vicente” in Arquivo Histórico-Militar.

na esfera da Vexilologia como estandartes, guiões e flâmulas, mas também ao nível da emblemática utilizada no uniforme.

Das qualidades de José Colaço enquanto realizador plástico de Heráldica há a referir, antes de mais, o enorme perfeccionismo e o rigor na representação que faz com que jamais se afaste de um desenho de características totalmente clássicas.

Sob a vigência do coronel Guerreiro Vicente na chefia do Gabinete de Heráldica do Exército o trabalho de José Colaço foi sobretudo vocacionado para a iluminura, já que aquele oficial fazia questão de realizar vários estudos para as armas que ordenava, nomeadamente muitos esboços que depois eram entregues àquele artista plástico para trabalhar em termos de valores tácteis e cromáticos, nomeadamente com notáveis efeitos de claro-escuro, que conferem tridimensionalidade à composição. Com a direcção do tenente-coronel Pedroso da Silva os desenhos passaram a ser, na sua grande maioria, da autoria de José Colaço.

Os desenhos deste artista caracterizam-se por uma legibilidade, uma pureza de forma e não por uma rebuscada estilização ou desejo de novas formas de interpretação. Tal não implicou qualquer estagnação ou repetição perpétua de modelos académicos. Houve, antes pelo contrário, uma profunda evolução na forma de desenhar e iluminar entre a entrada para o Gabinete e o fim do século XX. As suas primeiras obras eram marcadamente académicas e evidenciavam mesmo a origem de alguém que era oriundo de uma prática de desenho técnico de Arquitectura. Veja-se a sua primeira iluminura, feita para o Distrito de Recrutamento e Mobilização de Aveiro (fig. 25), onde todas as figuras têm as dimensões correctas e preenchem devidamente o campo do escudo.



25 – Armas do Distrito de Recrutamento e Mobilização de Aveiro

Houve, posteriormente, uma profunda evolução que pode ser aferida pela comparação entre a representação do ramo de oliveira constante do campo das armas do supracitado Distrito de Recrutamento e o ramo de oliveira das armas do Agrupamento ALFA/DFOR (fig. 26). O primeiro está ainda marcado por alguma rigidez, o segundo tem um modelado muito mais expressivo, quer ao nível da forma, quer pelo modo como foi colorido.



26 – Armas do Agrupamento ALFA/DFOR

José Colaço teve sempre a preocupação de deixar claramente identificado o que era representado e dava às figuras um cuidado tratamento plástico. Um bom exemplo é a forma como foi iluminado o estramónio de ouro representado no campo do escudo da Oficinas Gerais do Material de Engenharia (fig. 27) com uma notável volumetria dada através do sombreado. Cite-se ainda o elaborado trabalho na malha de aneletes de prata engranzados uns nos outros do campo do escudo do Depósito Geral de Material de Fardamento (fig. 28).



27 – Armas das Oficinas Gerais de Material de Engenharia



28 – Armas do Depósito Geral de Fardamento e Calçado

Se as figuras representadas no escudo têm obrigatoriamente de ser abstraccionadas, tal não sucede no que ao timbre diz respeito¹⁸, o que levou à indicação

por parte dos ordenadores de que os timbres deveriam ter características naturalistas, salvo quando a tradição indicava uma figura estilizada, o caso de certos animais como por exemplo a águia ou o leão que já tinham uma representação convencional, pelo que não havia a necessidade de se criar uma nova forma de figuração¹⁹. Acresce que em certas armas a figura do campo do escudo era repetida em timbre, pelo que também não faria sentido uma diferenciação de representações. Cite-se, como exemplo, o galo das armas do 2.º Batalhão de Infantaria da Brigada Ligeira de Intervenção (fig. 29).

¹⁸ A forma de representar as figuras constantes do timbre foi também encontrada na utilização da heráldica na Idade Média. Nesta época, o cavaleiro podia utilizar, num torneio sobre o elmo, um objecto concreto. Na maior parte dos casos o timbre era uma escultura, de durabilidade reduzida, feita de cartão, madeira ou de couro. Mas, há também a certeza de que, em alguns casos, foram mesmo utilizados os próprios elementos que constituíam o timbre e não a sua representação, como plumas de aves ou, no caso das diversas armações representadas, nomeadamente de veado, estas seriam feitas com os próprios galhos dos animais, o mesmo podendo suceder se fosse de touro, com os chifres deste quadrúpede, ou mesmo, no caso de um animal de menores dimensões, por exemplo de uma ave, com o próprio animal empalhado. Tal pode ser aferido através das diversas representações conhecidas das chamadas montras de elmos. A partir destas ilustrações verifica-se que muitos dos timbres eram absolutamente naturalistas. Se, por vezes, a Heráldica evoluiu no sentido de terem sido outorgados e assumidos timbres que não tinham qualquer viabilidade para serem utilizados como relevo ou vulto perfeito sobre o elmo, foi a filosofia do Gabinete de Heráldica do Exército privilegiar timbres que pudessem ter existência como escultura e tivessem viabilidade de ser utilizados sobre um elmo, à semelhança do que acontecia na heráldica medieval. Cf. NEUBECKER, Ottfried – *Le grand livre de l'héraldique*. S.l. : Bordas, 1982 [reed.], pp. 16-17 e 161. Veja-se ainda, a este respeito, o capítulo XXI – “The Crest” in FOX-DAVIES, Charles Arthur – *A Complete Guide to Heraldry*. London: Bracken Books, 1993[reed.], pp. 326-349 e em particular a p. 338.

¹⁹ SILVA, José Manuel Pedroso da – *Sub voce*. Lisboa : 2007, Abril, 27.



29 – Armas do 2.º Batalhão de Infantaria da Brigada Ligeira de Intervenção

Ao contrário do que sucedeu com Moita Galvão, José Colaço, sobretudo no timbre, foi-se autonomizando de algumas das fontes mais óbvias de representação de móveis, nomeadamente do modo como estes estavam representados no *Armorial Lusitano*. Um bom exemplo desta distanciação foi a forma como representou o centauro que timbrou as armas da Brigada Ligeira de Intervenção (fig. 30), muito diferente da forma como foi tratado na ilustração da referida obra, no timbre dos Andrades (de João Fernandes do Arco – Andrades do Arco), onde é representado de forma completamente diversa²⁰ (fig. 31), sendo o animal realizado por José Colaço francamente mais naturalista.



30 – Timbre da Brigada Ligeira de Intervenção

²⁰ ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins (coord.), ob. cit., p. 55.

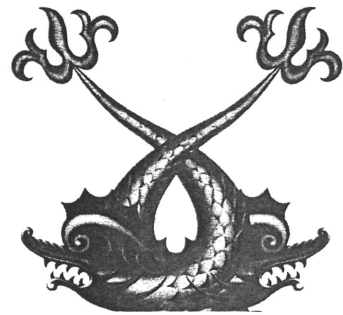


31 – Timbre da família Andrade (Andrades do Arco), cf. *Armorial Lusitano*

A representação podia-se aproximar do naturalismo, como da palanca de negro do timbre do Destacamento Sanitário n.º 7 (MONUA) (fig. 32) ou, pelo contrário, afastar-se completamente da realidade, podendo ser referidos os golfinhos que timbram as armas da Unidade de Engenharia n.º 3 / UNIFIL organizada com forças do Regimento de Engenharia de Espinho (fig. 33) onde se retomou uma forma abstraccionada de representar este mamífero que vem, pelo menos, desde o Renascimento.



32 – Timbre do Destacamento Sanitário n.º 7 / MONUA



33 – *Timbre da Unidade de Engenharia n.º 3/UNIFIL*

Relativamente à representação de animais imaginários, José Colaço seguiu de alguma forma os ditames de Leonardo da Vinci que aventava que, para que um destes animais pudesse ter uma aparência de realidade, se devia tomar por modelo partes de animais de várias espécies existentes e unificá-las através do desenho²¹. Citem-se apenas alguns exemplos: o já referido Centauro da Brigada Ligeira de Intervenção, o Pégaso que timbra as armas da Companhia de Logística n.º 6 (fig. 34) ou a forma diferenciada como iluminou a Esfinge, timbre do Centro de Recrutamento de Coimbra (fig. 35) bem diversa da forma como esta havia sido anteriormente iluminada por Moita Galvão.



34 – *Timbre da Companhia de Logística n.º 6*

²¹ BARBERO, Manuel – “De lo imaginario representado” in GÓMEZ MOLINA, Juan Jose (coord.) – *Las Lecciones del Dibujo*. Madrid : Ediciones Cátedra SA, 1995.



35 – *Timbre do Centro de Recrutamento de Coimbra*

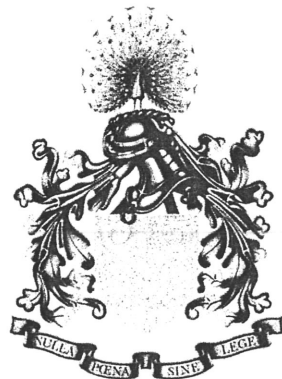
A preocupação na representação estende-se também à forma como desenhou e pintou espécies vegetais, que vai da representação convencional das rosas heráldicas a representações muito mais naturalistas, embora sempre com a preocupação de dar um tratamento plástico que torne o elemento figurado adequado a uma representação heráldica. Um bom exemplo disto é a maneira como iluminou o sobreiro de ouro que foi escolhido para timbre do Agrupamento de Base de Santa Margarida, onde, embora partindo de elementos relativamente naturalistas, se afastou deliberadamente da realidade ao alterar as proporções das folhas e frutos em relação ao tronco (fig. 36).



36 – *Timbre do Agrupamento Base de Santa Margarida*

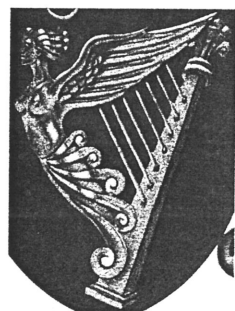
Há na obra de José Colaço um claro horror pelo vazio e por superfícies plenas de uma cor, sem cambiantes. Para obviar a tal criou matizados que enriquecem a composição. Tal pode ser visto de forma mais óbvia no modo como iluminou o campo do escudo do Presídio Militar (fig. 37), o mais simples do Exército Português: pleno de prata. Neste escudo José

Colaço pintou um elaborado trabalho de adamascado, efeito que foi buscado na forma dos gradeamentos de ferro forjado das janelas.



37 – Armas do Presídio Militar de Santarém

Quanto a outros móveis que iluminou, estes são também muito aprimorados e expressivos, veja-se como exemplo a «[...] harpa de ouro [...]»²² do campo do escudo da Inspeção de Bandas e Fanfarras, representando um instrumento particularmente elaborado, formado por uma Vitória alada e uma coluna (fig. 38), ou a minuciosa representação das «[...] três tranças com aldrava em cabeça de leopardo [...]» do Depósito Geral do Material de Aquartelamento (figs. 39 e 40).



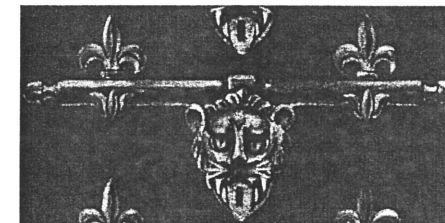
38 – Pormenor da iluminura do campo do escudo de armas da Inspeção Geral de Bandas e Fanfarras do Exército

²² VICENTE, Jorge Alberto Guerreiro – “Informação n.º 624”. Arquivo do Gabinete de Heráldica do Exército.

Ainda ao nível da transcrição dos valores tácteis cite-se a representação da condecoração da Cruz de Guerra de 1.ª classe que pende do escudo das armas do Regimento de Guarnição n.º 3 (figs. 41 e 42). Neste, não só são transcritas as armas nacionais, como é dada a volumetria do baixo-relevo da insígnia, através do sombreado, não sendo sequer descurada a representação do passador e da forma como o material de que é feito e o seu volume reage à luz.



39 – Armas do Depósito Geral do Material de Aquartelamento



40 – Pormenor da iluminura do campo do escudo do Depósito Geral do Material de Aquartelamento



41 – Armas do Regimento de Guarnição n.º 3



42 – Insignia da Cruz de Guerra de 1.ª Classe na iluminura das armas do Regimento de Guarnição n.º 3



43 – Armas do Depósito Geral do Material de Intendência

Um bom exemplo da forma como José Colaço fruiu de alguma liberdade para iluminar e interpretar as ordenações plasticamente é visível no timbre das armas do Depósito Geral do Material de Intendência (fig. 43) que foi brasonado da seguinte forma: «[...] um falcão de prata, segurando na garra dextra uma chave do mesmo, em banda apoiada no virol.»²³. A forma como foi ilustrada a argola da chave é notável, podendo acrescentar alguns elementos simbólicos às armas que, embora não constem do brasonamento, nem da simbologia, são significativos. A iluminura foi feita a partir de um esquiço de Pedroso da Silva, onde a referida argola forma uma rosa heráldica que tem particular importância iconográfica no Exército Português, por aludir geralmente ao conde de Lippe, o autor da importante

²³ SILVA, José Manuel Pedroso da – “Informação n.º 70-RHM/95”. Arquivo do Gabinete de Heráldica do Exército.

reforma militar do século XVIII, que originou o organismo no qual o Depósito filia a sua origem. Forma também um pentágono que pode remeter para o Quartel do Exército do Regimento do conde de Lippe, situado na calçada da Ajuda²⁴ que tem aquela forma e que se situava em terrenos que foram oferecidos por aquele militar²⁵ (fig. 44), brilhantemente desenvolvida por José Colaço que pintou um intrincado trabalho de metal que remete para a laçaria mourisca.



44 – Pormenor da iluminura do timbre das armas do Depósito Geral do Material de Intendência

O trabalho que desenvolveu não se limitou à heráldica do Exército, mas estendeu-se também a uma frutuosa colaboração com organismos exteriores a este ramo das Forças Armadas e ainda à Emblemática, contribuindo os seus desenhos e pinturas para uma melhoria significativa da qualidade da simbologia usada nos uniformes.



45 – Emblema do Exército m/97

De entre muitos destaque-se, pela importância, o emblema da cobertura da cabeça que recebeu a designação de “Emblema do Exército m/97²⁶ (fig. 45).

²⁴ VICENTE, Jorge Alberto Guerreiro – “Informação n.º 211”. Arquivo do Gabinete de Heráldica do Exército.

²⁵ PARENTE, José Melo – “Quartel do Exército do Regimento do Conde de Lippe” in SANTANA, Francisco e SUCENA, Eduardo (dir.) – *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas e Associados, 1994, p. 748.

²⁶ LOBO, Francisco Sousa – “Nota n.º 4003/97 – Emblema para cobertura de cabeça”. S.l.: 1997, Janeiro, 31 in *Processo n.º 285.19*. Fundo “Coronel Guerreiro Vicente”. in Arquivo Histórico-Militar.

Por fim refira-se a importância da introdução por José Colaço dos meios informáticos na produção de desenhos e iluminuras. Efectivamente, com o advento do desenho assistido por computador frequentou vários cursos vocacionados para o desenho através de plataformas informáticas e passou a servir-se destas como instrumento para ilustrar as armas do Exército, como as do 3.º Batalhão de Infantaria Pára-quedista (fig. 46).



46 – Armas do 3.º Batalhão de Infantaria Pára-quedista

Há muito de experimentação e de empirismo nas iluminuras assistidas por computador de José Colaço. Tentou transcrever técnicas características da pintura a guache para a ilustração em computador e recusou alguns automatismos que a máquina passava a permitir. Este artista passou a utilizar as ferramentas dos programas designadas por “pincéis”, de acordo com o próprio ícone das mesmas, como se manipulasse efectivamente pincéis reais e não virtuais. Trata-se de um processo extremamente trabalhoso e moroso que não correspondia a um ganho de tempo, uma vez que o tempo dedicado à produção de uma iluminura a guache era sensivelmente o mesmo do dispendido para criar uma iluminura em computador²⁷. O grau de pormenor atingido pode ser aferido pelo detalhe dos pelos da parte posterior do castor que timbra as armas da Unidade Engenharia n.º 1 FNU / UNIFIL (figs. 47 e 48).

²⁷ COLAÇO, José Estevéns – *Sub voce*. Lisboa : 2008, Março, 5.

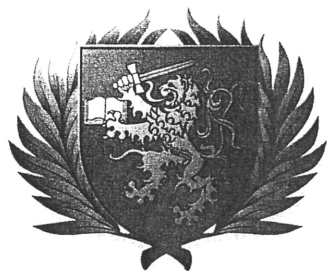


47 – Timbre da Unidade Engenharia n.º 1 FNU/UNIFIL



48 – Pormenor da iluminura do timbre da Unidade Engenharia n.º 1 FNU/UNIFI

Mais do que a aplicação das cores de modo uniforme, ele começou a trabalhar em três dimensões, fazendo um verdadeiro trabalho de luz. Esta é transcrita não só como sombra própria, mas são também dadas as sombras que o objecto produz, o que permite desde logo antever a forma como se concretizará o objecto ao ser materializado como emblema de peito, de metal, de tecido ou em qualquer outro material. Exemplar deste trabalho é a iluminura que realizou para a insígnia de professor da Academia Militar (fig. 49), talvez a que melhor espelhe a sua capacidade de trabalho através deste meio.



49 – Distintivo para professor militar da Academia Militar

Conclusão

O Gabinete de Heráldica do Exército foi indubitavelmente um centro de produção de heráldica de qualidade. Esta que deriva sem dúvida da excelência da ordenação, mas que deve também ser assacada aos artistas que com aquela estrutura colaboraram. A diferente personalidade dos realizadores plásticos, salvo a exceção de Paiva Couceiro, longe de lhe retirar os denominadores comuns, acrescentou à heráldica do Exército novas mais-valias. Abreu e Lima definiu os modelos plásticos a seguir; Paiva Couceiro fugiu destes e trouxe à heráldica do Exército uma nova realidade em termos de representação; Moita Galvão ateu-se a formas expressivas numa linguagem clássica e, finalmente, Estevéns Colaço dotado de grande virtuosismo trouxe, através das plataformas informáticas, o design de heráldica do Exército Português para o século XXI.